

Banco de Tokyo-
Mitsubishi
UFJ Brasil S/A

**Demonstrações financeiras em
IFRS em 31 de dezembro de
2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS

À
Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

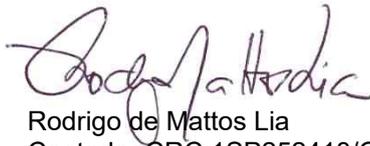


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e reserva no Banco Central	5	22.415	41.131	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		625.642	2.230.072
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		278.760	807.065	Instrumentos financeiros derivativos	6	625.642	1.044.450
Instrumentos financeiros derivativos	6	278.760	807.065	Obrigações por empréstimos no exterior	15 e 7	-	1.185.622
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.855.443	2.964.948	Passivos financeiros ao custo amortizado	16	6.510.842	5.267.273
Títulos e valores mobiliários	8	2.855.443	2.964.948	Depósitos de clientes		3.020.421	2.525.010
Empréstimos e recebíveis		5.442.905	5.193.065	Depósitos de instituições financeiras		20.815	20.220
Aplicações em operações compromissadas		4.193.960	3.174.367	Captações no mercado aberto		154.049	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		23.331	-	Obrigações por empréstimos e repasses		3.315.557	2.722.043
Aplicações em moedas estrangeiras		26.429	926.038	Provisão para passivos contingentes, fiscais e atuariais	18	169.227	154.332
Operações de crédito	9	1.201.339	1.093.973	Tributos a recolher	19	46.763	73.384
Provisão para redução ao valor recuperável	10	(2.154)	(1.313)	Imposto de renda e contribuição social diferido	31	29.864	-
Ativo imobilizado	13	27.671	30.013	Outros passivos	19	157.792	368.558
Ativos intangíveis	14	36.066	33.109	Total do passivo		7.540.130	8.093.619
Imposto de renda e contribuição social diferido	31	-	5.803	Patrimônio líquido	21	1.457.135	1.396.561
Outros ativos	12	334.005	415.046	Capital social		853.071	853.071
				Ações em tesouraria		(4.054)	(4.054)
				Reservas de capital		5.103	5.103
				Reservas de lucros		607.697	545.563
				Ajustes de avaliação patrimonial		(4.682)	(3.122)
Total do ativo		8.997.265	9.490.180	Total do passivo e patrimônio líquido		8.997.265	9.490.180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Demonstrações de Resultados

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de juros e similares	22	737.351	1.006.775
Despesas de juros e similares	23	<u>(307.776)</u>	<u>(241.765)</u>
Receita líquida de juros		<u>429.575</u>	<u>765.010</u>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	24	(47.213)	(1.018.455)
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	25	(85.002)	622.541
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	26	34.765	37.181
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito	10	(841)	3.303
Outras receitas (despesas) operacionais	27	5.695	(29.712)
Despesas de pessoal	28	(132.786)	(135.106)
Depreciação e amortização	29	(12.675)	(10.235)
Outras despesas administrativas	30	<u>(54.523)</u>	<u>(56.626)</u>
Lucro bruto antes dos impostos		<u>136.995</u>	<u>177.901</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	31	(33.695)	(55.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	<u>(36.943)</u>	<u>(34.444)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>66.357</u>	<u>88.038</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)		4.331.521	4.331.521
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por lote de mil ações)		15,32	20,32

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Demonstração de resultados abrangentes

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício		66.357	88.038
Resultado abrangente:			
(Perdas) / Ganhos atuariais em planos de pensão de benefício			
definido - bruto	33	(4.478)	553
Efeito dos impostos		2.015	(249)
		<u>(2.463)</u>	<u>304</u>
Variação nos ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros			
disponíveis para venda - bruto		1.641	(1.969)
Efeito dos impostos		(738)	886
		<u>903</u>	<u>(1.083)</u>
Total de resultados abrangentes do exercício		<u>64.797</u>	<u>87.259</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Em 31 de dezembro de 2015	853.071	4.947	156	30.990	431.235	(2.343)	-	(4.054)	1.314.002
Lucro líquido do exercício							88.038		88.038
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(1.083)			(1.083)
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						304			304
Total do resultado abrangente do exercício						(779)	88.038		87.259
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					2				2
Destinação do lucro:									-
Reserva legal				4.292			(4.292)		-
Reserva estatutária					79.044		(79.044)		-
Dividendos propostos							(4.702)		(4.702)
Em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	510.281	(3.122)	-	(4.054)	1.396.561
Lucro líquido do exercício							66.357		66.357
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						903			903
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						(2.463)			(2.463)
Total do resultado abrangente do exercício						(1.560)	66.357		64.797
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					3				3
Destinação do lucro:									-
Reserva legal				3.728			(3.728)		-
Reserva estatutária					58.403		(58.403)		-
Dividendos propostos							(4.226)		(4.226)
Em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	568.687	(4.682)	-	(4.054)	1.457.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)	<u>61.925</u>	<u>(1.721.097)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>66.357</u>	<u>88.038</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>25.356</u>	<u>4.881</u>
Provisão para redução do valor recuperável de operações de crédito	841	(23.300)
Depreciação e amortização	12.675	10.235
Provisão para passivos contingentes e fiscais	11.840	17.946
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:	<u>541.615</u>	<u>487.357</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	528.305	(540.539)
Ativos financeiros disponíveis para venda	111.147	593.905
Reservas em Banco Central	27.680	26.681
Operações compromissadas	(23.331)	3.023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(87.913)	(524.880)
Operações de crédito	(107.366)	569.849
Outros ativos	93.093	359.318
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:	<u>(571.403)</u>	<u>(2.301.373)</u>
Instrumentos financeiros derivativos	(418.808)	(1.869.848)
Obrigações por empréstimos no exterior	(1.185.622)	(2.030.882)
Depósitos	496.006	260.352
Captações no mercado aberto	154.049	(31.015)
Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado	593.514	1.337.107
Tributos a recolher	(26.621)	(78.447)
Outros passivos	(183.921)	111.360
Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)	<u>(13.290)</u>	<u>(10.810)</u>
Alienação de imobilizado	2.633	2.063
Aquisição de imobilizado	(5.773)	(6.295)
Aquisição de intangível	(10.150)	(6.578)
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)	<u>(3.364)</u>	<u>(7.773)</u>
Dividendos pagos	(3.364)	(7.773)
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>45.271</u></u>	<u><u>(1.739.680)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.172.939	4.912.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.218.210	3.172.939

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Informações gerais

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A ("Banco"), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve todas as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("Matriz"), tendo como *holding* Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (controladora final do "Grupo"), ambas com sede no Japão.

A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 12 de Março de 2018.

2 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regras de IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BR GAAP"), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado.

2.2 Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa são representados por operações compromissadas (posição bancada e financiada), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

Classificação e reconhecimento

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis, e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os juros dos ativos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares".

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Banco tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(a) Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no período em que ocorrem.

(b) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem as “Aplicações em operações compromissadas”, “Aplicações em depósitos interfinanceiros”, “Aplicações em moedas estrangeiras” e “Operações de crédito”.

São representados pelos recursos entregues para originar o empréstimo, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação menos as taxas recebidas. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos quaisquer reduções no valor recuperável. Os empréstimos são reconhecidos quando os recursos são liberados aos mutuários e baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenha expirado ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de sua titularidade.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. Os ativos classificados nesta categoria são registrados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo apresentadas na demonstração do resultado abrangente.

2.5 Passivos financeiros

O Banco classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado e (b) ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Os passivos financeiros ao valor justo são passivos financeiros mantidos para negociação. Passivos financeiros são classificados nessa categoria quando são incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

As despesas de juros provenientes destes instrumentos são incluídas na demonstração do resultado na conta "Despesas de juros e similares".

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme descrito no item 2.9 desta nota explicativa), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados pelos seus valores justos. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge accounting*).

Para a determinação do valor justo de derivativos, deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação.

Os derivativos são considerados ativos quando o valor justo for positivo, e passivos se este for negativo.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como *hedge accounting* são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

(b) Derivativos para proteção (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*.

O Banco adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como *hedge* de valor justo.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxa de juros e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado como "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros", juntamente com a parcela inefetiva.

Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* é descontinuada, e o ajuste no valor contábil do item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas mensalmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7.

2.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Um ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se houver o direito ou obrigatoriedade legal de compensar os montantes

reconhecidos no balanço patrimonial e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia no mínimo a cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Dentre as principais evidências objetivas de deterioração de um ativo financeiro ou de uma carteira gerando redução do valor recuperável estão:

- Dificuldade financeira significativa do devedor;
- Desempenho de negócios inconstantes com possibilidade de inadimplência no repagamento de principal ou pagamento de juros;
- Quebra de contrato;
- Problemas referentes às condições do empréstimo, para os quais as taxas de juros foram reduzidas ou proteladas;
- Atraso;
- Probabilidade crescente de o devedor entrar em falência ou recuperação judicial;
- O desaparecimento de um mercado ativo para títulos e valores mobiliários (TVM) devido a dificuldades financeiras.

O Banco avalia se a evidência objetiva de redução no valor recuperável existe individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Caso seja identificada evidência objetiva de redução no valor recuperável nos ativos não significativos, estes também serão analisados individualmente.

Se o Banco determinar que não existe qualquer evidência objetiva de redução no valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, o ativo será incluído em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado em conjunto a fim de determinar eventual redução em seu valor recuperável.

Os ativos que são avaliados individualmente quanto à redução no valor recuperável, e para os quais uma perda seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação conjunta para determinar uma eventual redução em seu valor recuperável.

Para os empréstimos e adiantamentos e para os ativos mantidos até o vencimento, o valor da perda por redução no valor recuperável é mensurada como sendo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. O montante da perda é reconhecido através de uma provisão, sendo incluído na demonstração do resultado.

Após a redução no valor recuperável, a receita financeira é reconhecida através da taxa de juros efetiva original, que é usada para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de calcular a perda no valor recuperável.

Análise Individual:

O Banco realiza análise individual para clientes significativos.

O Banco possui como critério de identificar clientes individualmente significativos aqueles que possuem exposição de ativos acima de R\$50.000.000,00 na data-base apurada. Caso haja evidências de perda, esta é mensurada através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações.

Análise Coletiva:

O Banco realiza análise coletiva de acordo com as características similares de risco de crédito, que são indicativos da capacidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

O Banco considera os clientes classificados nos ratings considerados de alto risco, para cálculo da provisão coletiva por estes apresentarem um histórico de perda incorrida, e os correspondentes percentuais de provisão.

Quando irrecuperável, um empréstimo será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a conclusão de todos os procedimentos necessários.

Se, em um período posterior, o montante da perda no valor recuperável diminuir e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será revertida através do ajuste na provisão. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

2.9 Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros que é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período apropriado. As taxas e os custos diretos relativos a concessão, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de empréstimo são diferidos e amortizados contra juros recebidos em empréstimos e adiantamentos utilizando este método.

A receita líquida de juros apresentada na demonstração do resultado inclui:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado; e

juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.10 Receita líquida de comissões e prestações de serviços

As receitas e despesas de taxas e comissões de um ativo ou passivo financeiro, que são adicionais e diretamente relacionadas à transação, são incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de taxas e comissões que não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação, ou participação na negociação de uma transação com terceiros, tais como compensação de títulos ou a compra ou venda de negócios, são reconhecidas de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

2.11 Ativo imobilizado

Ativo imobilizado compreende, principalmente, edificações, terrenos, máquinas e equipamentos de uso, sistemas de processamento de dados, sistemas de transporte, sistemas de segurança e sistemas de comunicação. O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- . Edificações - 25 anos.
- . Máquinas e equipamentos de uso - 10 anos.
- . Sistemas de processamento de dados - 5 anos.
- . Sistemas de transporte - 5 anos.
- . Sistemas de segurança - 10 anos.
- . Sistemas de comunicação - 10 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável a cada data de balanço e sempre que os eventos indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeitos a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de

deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

Em cada data de publicação, o Banco avalia a existência de qualquer indicação de redução no valor recuperável de seus ativos intangíveis e ativo imobilizado. Estes ativos são submetidos a testes para determinar qualquer redução no valor recuperável anualmente, ou com mais frequência caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem perdas em seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

2.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta de "Outras receitas (despesas) operacionais".

2.15 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de 12 meses, após o final do exercício em que os serviços foram prestados. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários, os quais são mensurados em bases não descontados e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

(b) Benefícios de aposentadoria

Estes são segregados em planos de contribuição definida e de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o Banco deve fazer aportes adicionais em caso de não haver recursos suficientes para pagar os participantes. Neste tipo de plano, há um valor definido de benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria. Assim sendo, devem ser incluídas variáveis atuariais para calcular o valor a ser contabilizado.

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Banco faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Banco (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o funcionário.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em Agosto de 2013. Atualmente, o banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Banco antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. É reconhecido nas demonstrações financeiras se as entidades estiverem dispostas e

comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

(d) Participação nos lucros

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (reconhecido como "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado). O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

2.16 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos ("impostos sobre a renda"). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os impostos sobre a renda são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto sobre a renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto sobre a renda diferido passivo for liquidado. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Banco nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual possam ser usadas diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais disponíveis para compensação com lucros de exercícios futuros são reconhecidos como um ativo quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados esses prejuízos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados pelo custo. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

(c) Reservas

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social, com base nos resultados apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto social.

(d) Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Não existem diferenças entre lucro por ação e lucro diluído por ação.

(e) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontando o percentual de ações em tesouraria.

Caso o acionista não efetue o resgate do dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio líquido.

2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017 e não foram adotadas antecipadamente pelo Banco:

a) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituirá os trechos do IAS 39. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Banco em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Banco detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Banco fará no futuro. A nova norma exigirá que o Banco revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

No entanto, o Banco realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39, conforme a seguir:

(i) Divulgação

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar do Banco incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e o Banco planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(ii) Classificação - Ativos financeiros

Com base na sua avaliação preliminar, o Banco não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização dos ativos financeiros mensurados ao valor justo. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registrados em outros resultados abrangentes. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados do Banco e não há mensuração para provisão para perdas dentro desta classificação.

(iii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

O Banco acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. A avaliação preliminar do Banco indicou que a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável da IFRS 9 em 31 de dezembro de 2017 provavelmente teria resultado num aumento entre R\$ 3.091 e R\$ 5.740 na provisão reconhecida de acordo com a IAS 39. O Banco está em fase de elaboração de metodologia para a definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme a IFRS 9.

(iv) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

O Banco não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar do Banco não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2017.

(v) Contabilização de hedge

Na aplicação inicial da IFRS 9, o Banco pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge da IAS 39 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9. O plano atual do Banco é o de optar por aplicar os requerimentos da IFRS 9.

A IFRS 9 exigirá que o Banco assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Banco e que o Banco aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, o Banco não realiza hedge de tais componentes de risco.

O Banco possui estratégia de hedge de valor justo utilizando contrato futuros, negociados em bolsa de valores, para se proteger contra o risco de variabilidade na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais e operações compromissadas a taxa de juros pré-fixada. O ajuste diário do valor de mercado dos contratos futuros são reconhecidos no resultado do Banco.

A avaliação preliminar do Banco indicou que os tipos de relações de contabilidade de hedge que o Banco designa atualmente devem atender aos requerimentos da IFRS 9 se o Banco efetuar certas mudanças planejadas em seus processos internos de documentação e monitoramento. A avaliação preliminar do Banco indicou também que as alterações esperadas nas políticas contábeis teriam um impacto imaterial se o Banco tivesse aplicado à contabilidade de hedge da IFRS 9 em 2017.

(vi) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- O Banco pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (i) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, (ii) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR e (iii) A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

b) IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes"

A norma requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substituirá a IAS 18, a IAS11, bem como as interpretações relacionadas (IFRICs 13,15 e 19). A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de IFRS 15 referem-se à prestação de serviços de (i) garantias prestadas, (ii) custodiante de conta garantia - *escrow account*, (iii) serviços de cobrança, (iv) rebate de taxa de administração de fundos de investimentos e (v) gerenciamento de conta corrente - *cash management*.

De acordo com a IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de tarifas que o Banco utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

O Banco efetuou uma comparação inicial do valor justo com os preços de venda de serviços individuais. Uma vez que estes montantes são relativamente semelhantes, o Banco não espera diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

c) IFRS 16 - "Arrendamentos"

A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Banco iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto identificado seria que o Banco deverá reconhecer novos ativos e passivos para os seus contratos de locação referentes ao direito de uso dos contratos de locação de imóvel comercial. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

Na transição para a IFRS 16, o Banco pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

O Banco avaliou à aplicação do expediente prático e o potencial impacto em suas demonstrações financeiras e optou classificar os contratos de locação de máquinas, impressoras e equipamentos de informática como expediente prático. Os resultados analisados foram imateriais caso o Banco não optasse pela aplicação do expediente prático.

(ii) Transição

Como arrendatário, o Banco pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. O Banco deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. O Banco ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

O Banco não necessita efetuar quaisquer ajustes para os arrendamentos em que atua como arrendador, exceto se o Banco for um arrendador intermediário numa sub-locação.

O Banco ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de eventuais expedientes práticos a serem identificados e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que o Banco celebrará. O Banco espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

3 Usos de premissas, estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Mensuração do valor recuperável

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não mensurados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração, a política contábil do Banco para perdas pela redução ao valor recuperável está descrita na nota explicativa (2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros) e (2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis).

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo dos instrumentos financeiros da entidade é descrita em detalhes na Nota 17.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

Maiores detalhes são divulgados na Nota 2.16.

(d) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(e) Obrigações com benefícios de aposentadoria

Os planos de benefício definido são mensurados por cálculos atuariais, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto, o índice de mortalidade e o retorno do investimento. O retorno sobre os ativos representa a média dos retornos esperados ponderados por classe de ativos. Os retornos sobre investimento em ações são baseados nos rendimentos de títulos do governo com um prêmio para refletir o retorno adicional esperado em investimentos em ações. Os índices de inflação selecionados têm por base a meta de inflação do Banco Central do Brasil.

As premissas relativas à mortalidade são baseadas nas tábuas adotadas como padrão pelo respectivo setor e adotadas em nível nacional. As taxas de desconto se baseiam em índices específicos de títulos corporativos que refletem a curva de rendimentos inerente a cada plano. A estimativa do índice de aumento salarial futuro está sujeita ao julgamento da administração. Todas as premissas são imparciais, compatíveis mutuamente e baseadas em expectativas de mercado, a política contábil que descreve esta estimativa esta descrita na nota explicativa 2.15.

4 Gestão de riscos financeiros**4.1 Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, decorrentes de alterações no desenvolvimento político, econômico ou social do país, bem como o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos; em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A tabela abaixo representa a exposição máxima ao risco de crédito para o Banco em 31 de dezembro 2017 e de 2016. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	Exposição máxima	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial é a seguinte		
Títulos e valores mobiliários	2.855.443	2.964.948
Instrumentos financeiros derivativos	278.760	807.065
Aplicações em operações compromissadas	4.193.960	3.174.367
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.331	-
Aplicações em moedas estrangeiras	26.429	926.038
Operações de crédito e Câmbio	1.201.339	1.093.973
	<u>8.579.262</u>	<u>8.966.391</u>
Garantias prestadas- avais e fianças (<i>off balance</i>)	848.330	737.179
Total da exposição ao risco de crédito incluindo as garantias prestadas	<u>9.427.592</u>	<u>9.703.570</u>

4.1.1 Mensuração do risco de crédito

O Banco tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

Os clientes possuem classificação de risco (*rating*) e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição, e também pela necessidade indicada pelo cliente, porém, levando sempre em consideração a capacidade de repagamento a partir da análise da situação econômico-financeira do cliente.

Neste âmbito são aplicadas as mais diversas técnicas de análise de crédito, sempre considerando a capacidade de geração de resultados, capacidade de geração de caixa através da análise do fluxo de caixa, grau de endividamento, setor de atividade econômica, garantias, natureza do crédito e qualidade de governança da administração.

A documentação é submetida à aprovação do Diretor do Risco de Crédito e Presidência.

Em razão do foco de negócio do Banco, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A área de Risco de Crédito é responsável por monitorar informações sobre setores e/ou contrapartes específicas com o intuito de identificar informações que possam antecipar potencial deterioração na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações. Tal acompanhamento é realizado através de diversas ferramentas e canais de informações disponibilizados pelo Banco, os quais o permite analisar diferentes aspectos e tendências dos setores ou indústrias.

O monitoramento abrange uma série de métricas financeiras da contraparte em relação à fluxo de caixa, faturamento, crescimento, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”), alavancagem, dentre outras.

(b) Classificações internas

Nível de risco	Definições
Baixo risco	O pagamento da dívida é altamente certo e estável.
Médio risco	Não há problemas referentes à certeza de repagamento da dívida, mas existe possibilidade de que a credibilidade caia no longo prazo.
Alto risco	Tomadores que devem ser monitorados com cuidado devido ao desempenho de negócios e condições financeiras que apresentam risco com relação ao repagamento da dívida.

4.1.2 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão resumidos abaixo:

	31 de dezembro de 2017			
	Não vencidos e sem evento de perda	Vencidos e sem evento de perda	Com evento de perda	Total
Títulos e valores mobiliários	2.855.443	-	-	2.855.443
Instrumentos financeiros derivativos	278.760	-	-	278.760
Aplicações em operações compromissadas	4.193.960	-	-	4.193.960
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.331	-	-	23.331
Aplicações em moedas estrangeiras	26.429	-	-	26.429
Operações de crédito e câmbio	1.201.339	-	-	1.201.339
	<u>8.579.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.579.262</u>

31 de dezembro de 2016

	Não vencidos e sem evento de perda	Vencidos e sem evento de perda (*)	Com evento de perda	Total
Títulos e valores mobiliários	2.964.948	-	-	2.964.948
Instrumentos financeiros derivativos	807.065	-	-	807.065
Aplicações em operações compromissadas	3.174.367	-	-	3.174.367
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	-	-	926.038
Operações de crédito e câmbio	1.093.973	-	-	1.093.973
	<u>8.966.391</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.966.391</u>

(*) Todas as operações estão vencidas há menos de 90 dias, conforme demonstrado na Nota 9, sem evidência objetiva de impairment.

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco.

31 de dezembro de 2017

	Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total
Títulos e valores mobiliários	2.855.443	-	-	2.855.443
Instrumentos financeiros derivativos	9.760	269.000	-	278.760
Aplicações em operações compromissadas	1.022.342	3.171.618	-	4.193.960
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	23.331	-	23.331
Aplicações em moedas estrangeiras	26.429	-	-	26.429
Operações de crédito e câmbio	97.766	1.083.908	19.665	1.201.339
	<u>4.011.740</u>	<u>4.547.857</u>	<u>19.665</u>	<u>8.579.262</u>

31 de dezembro de 2016

	Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total
Títulos e valores mobiliários	2.964.948	-	-	2.964.948
Instrumentos financeiros derivativos	144.425	614.862	47.778	807.065
Aplicações em operações compromissadas	933.992	2.240.375	-	3.174.367
Aplicações em moedas estrangeiras	926.038	-	-	926.038
Operações de crédito e câmbio	257.180	825.326	11.467	1.093.973
	<u>5.226.583</u>	<u>3.680.563</u>	<u>59.245</u>	<u>8.966.391</u>

4.2 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de perda decorrente da oscilação de preços de ativos e passivos resultantes das mudanças dos fatores de risco de mercado, como taxa de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e seus aditivos são aprovados pela Diretoria do Banco.

A Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado é revisada com periodicidade mínima anual, a fim de determinar sua compatibilidade com os objetivos do Banco e com as condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM (*Asset Liability Management Committee*) onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de

mercado e de liquidez. Nas reuniões do Comitê de ALM são apresentados os principais tópicos relacionados ao risco de mercado, tais como o Value at Risk (“valor em risco” ou “VaR”) total e por fator de risco, simulações de condições extremas dos fatores de risco de mercado (testes de estresse) além da avaliação da condição de liquidez do Banco, , estratégias de *hedge*, *trading* e investimento.

Integram o Comitê de ALM: a presidência, departamento de Finance Management, departamento Risk Management - Grupo Market Risk Control (“DRM - GMRC”), Tesouraria e o departamento de Pesquisa Econômica.

Os limites de risco são analisados de acordo com os seguintes critérios:

- . Appetite de risco do Banco
- . Atividades passadas, correntes e planejadas
- . Concentração de risco por atividade e mercado
- . Capital disponível
- . Resultados passados, metas e projetados
- . Liquidez de mercado
- . Capacidade operacional e de controle
- . Confiança, conhecimento e capacidade dos operadores
- . Exposição dentro dos limites operacionais estabelecidos pelas regras do Banco Central do Brasil (“Banco Central”).

4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

O Banco utiliza os seguintes tipos básicos de limites de risco:

- . Limite de VaR - o valor em risco indica o valor máximo de perda de uma carteira a que o Banco está sujeito no curso de seus negócios, considerando determinado intervalo de confiança estatístico. A medida efetiva do valor em risco depende do período de tempo considerado. Assim, o VaR de um dia corresponde ao valor máximo de eventuais perdas para um determinado dia de negócios.

Value at Risk (VaR)

- . Fator de confiança - 97,7%
- . Horizonte de tempo - cinco dias

BRL 31 de dezembro de 2017

Book	FX risk	VaR por fator de risco				VaR Total
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	48.857	260.146	1.134.663	5.849	5.836	1.175.457
Trading	65.340	17.032	734.783	131.503	32.993	698.274
Total	114.197	277.178	1.869.446	137.352	38.829	1.873.731

BRL 31 de dezembro de 2016

Book	FX risk	VaR por fator de risco				VaR Total
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	25.326	151.184	2.549.678	8.010	9.312	2.515.840
Trading	482.893	11.728	1.823.883	12.188	633.495	3.068.332
Total	508.073	153.378	4.167.061	20.197	624.942	5.225.738

- Limites de sensibilidade - indicador que permite ao operador avaliar rapidamente a variação do valor de uma carteira, quando ocorrer variação de um basis point (0,01%) ao longo da curva de juros. Os valores mostrados a seguir, como resultados de estresse de mercado, são calculados utilizando as variações históricas dos fatores de risco (oscilações positivas e negativas) em reais:

Carteira - Overall	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Posição net vendida	Posição net comprada
Choques positivos	(131.364)	826.363
Choques negativos	134.736	(1.643.933)

- Valores *notional* - limita concentrações excessivas em determinados ativos/vencimentos, de forma a não comprometer a liquidez dos portfólios.
- Limites de perdas (“*stop loss*”) - corresponde a tolerância máxima de perdas (líquidas), acumuladas ao longo de um semestre fiscal (japonês). Deve ser estabelecido também um *stop loss* diário, para cada carteira/operador.
- *Consultant Limit* (60% *loss cut limit*) - tem o objetivo alertar a Tesouraria, bem como definir estratégias de contenção.
- *Net short position* - limite que representa o valor líquido (compras x vendas) de exposição em moeda estrangeira, sempre o equivalente em dólares.

Os principais fatores de riscos monitorados são:

- Risco cambial
- Risco de taxa de juros prefixada
- Risco de cupom de índices de inflação
- Risco de cupom de moedas
- Risco de ações
- Risco de *commodities*
- Risco de volatilidade

O Banco Central estabelece exigência de capital sobre risco de mercado de acordo com as regras estabelecidas nas Circulares 3.361, 3.362; onde:

- PJur1: Parcela referente ao fator de risco de mercado de taxa de juros pré-fixadas denominadas em reais da carteira de negociação;
- PJur2: parcela referente ao fator de risco de mercado de cupom de moeda estrangeira da carteira de negociação.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Taxa de juros		
PJur1 - pré-fixado	915	488
Pjur2 - cupom de moeda	102.803	109.096
Taxa de câmbio		
Exposição comprada a taxa de juros	11.319	17.312

4.3 Risco de liquidez

Por ser o risco de liquidez um risco inerente às suas atividades de negócios, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações e complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a este risco.

O risco de liquidez pode ser definido como:

- (i) o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de liquidez.

As atividades relacionadas gerenciamento de risco de liquidez envolvem:

- . avaliação diária do nível de liquidez do Banco;
- . projeção do fluxo de caixa e da evolução da liquidez;
- . avaliação mensal da liquidez do Banco em cenários de *stress* de liquidez;
- . avaliação do impacto do resultado dos testes de *stress* sobre o balanço do Banco, bem como as contramedidas necessárias em cada um dos cenários avaliados;
- . avaliação do grau de concentração das carteiras de empréstimos e depósitos;
- . acompanhamento dos *guidelines* de liquidez;
- . elaboração da Política de Gerenciamento de Liquidez;
- . elaboração do Plano de Contingência de Liquidez;
- . reporte mensal ao Banco Central do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL);
- . avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos.

Os indicadores e cenários de *stress* são revistos semestralmente.

Para a realização dos testes de *stress* de liquidez das posições do Banco são considerados três cenários:

- . Cenário 1 - crise de *funding* de liquidez da instituição (rebaixamento de *rating* de crédito em dois níveis);
- . Cenário 2 - crise de *funding* de liquidez de forma generalizada no mercado;
- . Cenário 3 - combinação dos Cenários 1 e 2.

4.3.1 Processo de gestão do risco de liquidez

A Política Básica de Gestão do Risco de Liquidez segue os chamados Estágios de Exposição.

Estes estágios estão relacionados ao grau de dificuldade na obtenção de *funding*. Quando o estágio se eleva, as divisões relacionadas da Matriz devem cooperar tanto quanto possível para a redução do risco de liquidez de *funding* da Matriz e do Grupo.

São três os *status* dos estágios de liquidez que devem ser utilizados por todo o Grupo: (i) "normal", (ii) "preocupante" e (iii) "crise".

A alteração do estágio de liquidez é consequência do diagnóstico realizado pela Tesouraria ou DRM - GMRC, devido à condição corrente no mercado de *funding* ou por constatação pelo DRM - GMRC em relação à condição de liquidez do Banco.

O Banco utiliza-se também de um indicador de liquidez mínima. A liquidez mínima é um *guideline* parametrizado e reavaliado periodicamente pelo DRM - GMRC e é submetido à aprovação da Presidência. O *guideline* tem o seu acompanhamento diário efetuado através do relatório de controle de liquidez.

O plano de contingência do Banco pode ser acionado após análise de diversos fatores que em conjunto podem requerer medida preventiva e/ou corretiva tais como:

- . liquidez imediata abaixo da liquidez mínima;
- . estágio de liquidez global alterado pela Matriz;
- . custo de captação elevado substancialmente;
- . alteração de classificação de risco *rating*;
- . distúrbio no mercado local ou global;
- . dificuldade de captação;
- . projeção de baixa liquidez no futuro.

4.3.2 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Nos casos em que a contraparte de um passivo tem o direito de requerer o pagamento imediatamente, os saldos se apresentam com vencimento em "Até três meses".

	31 de dezembro de 2017						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 às 12 meses	De 1 à 3 anos	De 3 à 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado							
Instrumentos financeiros derivativos	-	39.881	132.010	101.253	5.616	-	278.760
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Títulos e valores mobiliários	-	1.093.916	986.100	775.427	-	-	2.855.443
Empréstimos e recebíveis							
Aplicações em operações compromissadas	-	3.691.642	516.718	-	-	-	4.208.360
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	23.435	-	-	-	-	23.435
Aplicações em moedas estrangeiras	-	26.431	-	-	-	-	26.431
Operações de crédito	-	475.607	675.499	72.616	20.710	2.422	1.246.854
Total de ativo (vencimentos contratuais)	-	5.350.912	2.310.327	949.296	26.326	2.422	8.639.283
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado							
Instrumentos financeiros derivativos	-	160.964	349.642	114.375	661	-	625.642
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Depósitos à vista	49.166	-	-	-	-	-	49.166
Depósitos a prazo e letras financeiras	-	349.814	796.435	2.072.792	-	-	3.219.041
Captações no mercado aberto	-	139.095	-	15.173	-	-	154.268
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.838.833	461.423	18.277	-	-	3.318.533
Total de passivo (vencimentos contratuais)	49.166	3.488.706	1.607.500	2.220.617	661	-	7.366.650

	31 de dezembro de 2016						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 às 12 meses	De 1 à 3 anos	De 3 à 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado							
Instrumentos financeiros derivativos	-	134.163	223.991	149.679	299.232	-	807.065
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Títulos e valores mobiliários	-	91.940	824.629	2.048.379	-	-	2.964.948
Empréstimos e recebíveis							
Aplicações em operações compromissadas	-	2.933.788	265.810	-	-	-	3.199.598
Aplicações em moedas estrangeiras	-	921.861	4.246	-	-	-	926.107
Operações de crédito	-	584.574	345.471	5.293	198.409	1.001	1.134.748
Total de ativo (vencimentos contratuais)	-	4.666.326	1.664.147	2.203.351	497.641	1.001	9.032.466
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado							
Instrumentos financeiros derivativos	-	76.338	383.650	544.817	39.645	-	1.044.450
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Depósitos à vista	90.079	-	-	-	-	-	90.079
Depósitos a prazo e letras financeiras	-	744.729	777.581	5.266	1.188.810	-	2.716.386
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.424.612	966.487	5.229	62.839	985	3.460.152
Total de passivo (vencimentos contratuais)	90.079	3.245.679	2.127.718	555.312	1.291.294	985	7.311.067

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários; empréstimos e adiantamentos. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e valores mobiliários e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.3.3 Apresentação dos saldos de ativos e passivos circulantes e não circulantes

A tabela a seguir apresenta o montante esperado a ser recuperado ou liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial:

Ativo	31 dez 2017	Circulante	Não Circulante	31 dez 2016	Circulante	Não Circulante
Caixa e reserva em Banco Central	22.415	22.415	-	41.131	41.131	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	278.760	102.769	175.991	807.065	358.154	448.911
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	278.760	102.769	175.991	807.065	358.154	448.911
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.855.443	2.080.016	775.427	2.964.948	916.569	2.048.379
Títulos e valores mobiliários	2.855.443	2.080.016	775.427	2.964.948	916.569	2.048.379
Empréstimos e recebíveis	5.442.905	5.345.133	97.772	5.193.065	4.987.541	205.524
Aplicações em operações compromissadas	4.193.960	4.193.960	-	3.174.367	3.174.367	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.331	23.331	-	-	-	-
Aplicações em moedas estrangeiras	26.429	26.429	-	926.038	926.038	-
Operações de crédito	1.201.339	1.101.644	99.695	1.093.973	887.240	206.733
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.154)	(231)	(1.923)	(1.313)	(104)	(1.209)
Ativo imobilizado	27.671	-	27.671	30.013	-	30.013
Ativos intangíveis	36.066	-	36.066	33.109	-	33.109
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	5.803	-	5.803
Outros ativos	334.005	63.683	270.322	415.046	119.756	295.290
Total do Ativo	8.997.265	7.614.016	1.383.249	9.490.180	6.423.151	3.067.029

Passivo	31 dez 2017	Circulante	Não Circulante	31 dez 2016	Circulante	Não Circulante
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	625.642	433.393	192.249	2.230.072	1.645.610	584.462
Instrumentos financeiros derivativos	625.642	433.393	192.249	1.044.450	59.988	584.462
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	1.185.622	1.185.622	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	6.510.842	6.473.383	37.459	5.267.273	5.165.965	101.308
Depósitos de clientes	3.020.421	3.020.421	-	2.525.010	2.525.010	-
Depósitos de instituições financeiras	20.815	20.815	-	20.220	20.220	-
Captações no mercado aberto	154.049	138.873	15.176	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	3.315.557	3.293.274	22.283	2.722.043	2.620.735	101.038
Provisão para passivos contingentes e fiscais	169.227	-	169.227	154.332	-	154.332
Tributos a recolher	46.763	-	46.763	73.384	-	73.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.864	-	29.864	-	-	-
Outros passivos	157.792	151.915	5.877	368.558	361.100	7.458
Total do passivo	7.540.130	7.058.691	481.439	8.093.619	7.172.675	920.944

4.4 Risco operacional

O Banco define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por um departamento independente da área de negócios - departamento Risk Management - Grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, o Banco vem aprimorando suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenhando na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e com os gerentes dos departamentos, em todos os níveis da organização que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado onde são contemplados os riscos inerentes aos processos.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por outros departamentos, tais como: Riscos Legais; Gerenciamento de Contratos de Terceiros; Conformidade às Normas e Regulamentos; Combate à Lavagem de Dinheiro; Práticas Inadequadas a Clientes, Produtos e Serviços e Ativos Tangíveis.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o Banco vem identificando os eventos de perdas relativos aos riscos, padronizando as informações e formando uma base de dados de perdas

operacionais, conforme determinação do acionista controlador (Matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e estabelecidos planos de ação, como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

4.5 Gestão de capital

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê da Basileia, na forma implementada pelo Banco

Central através das Resoluções CMN nº 4.913/13 e nº 4.912/13 e Circular Bacen nº 3.644/13, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

- . Patrimônio de referência nível I: capital social, ações em tesouraria, lucros acumulados, reservas criadas por apropriação de lucros acumulados, valor contábil do ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ativo diferido e ativo intangível multiplicado pelo fator F, disponibilizado pelo Banco Central (0,4).
- . Patrimônio de referência nível II: instrumentos de dívida subordinados autorizados

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativos e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados.

O Risco Operacional foi calculado pelo método da Abordagem de Indicador Básico, cuja referência de exposição ao risco operacional corresponde a 15% para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Índice de Basileia:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital de nível I	1.424.721	1.370.650
Capital social	853.071	853.071
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucro	604.013	533.675
Ações em tesouraria	(4.054)	(4.054)
Ganhos/(Perdas) não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	(4.682)	(566)
Ativo Intangível	(28.730)	(16.579)
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimônio de Referência (PR)	1.424.721	1.370.650
Risco de Crédito	2.690.739	4.070.536
Risco de Mercado	1.170.223	1.179.835
Risco Operacional	626.580	546.009
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	4.487.542	5.796.380
	31,75%	23,65%
Índice de Basileia (PR / RWA)	31,75%	23,65%

4.6 Razão da Alavancagem (RA)

Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748, de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponíveis em nossa página, na rede mundial de computadores (Internet) no sítio: www.br.bk.muftg.jp.

5 Caixa, equivalentes de caixa e reserva no Banco Central

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa	19.726	10.762
Caixa em moeda nacional	39	135
Caixa em moeda estrangeira	19.687	10.627
Equivalentes de caixa	3.198.484	3.162.177
Operações compromissadas	3.172.055	2.240.375
Aplicações em moedas estrangeiras	26.429	921.802
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.218.210	3.172.939
Reserva em Banco Central	2.689	30.369

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição, e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As operações de futuros são negociados e custodiados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

As operações de *Swap* e a termo são custodiados na Cetip S.A. - Mercados Organizados.

As posições ativas e passivas em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

a)	Valor referencial		Valor justo	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contratos de futuros				
Instrumento de <i>hedge</i>	1.411.850	1.457.341	-	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	12.692.894	15.431.241	-	-
Contratos de swap				
Instrumento de <i>hedge</i>	-	-	-	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	10.468.469	12.569.223	(346.001)	(448.464)
Operações a termo	400.184	1.457.558	(881)	211.079
Total de ativos financeiros	<u>24.973.397</u>	<u>30.915.363</u>	<u>(346.882)</u>	<u>(237.385)</u>

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos:

b)	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de Swap	275.451	(621.452)	586.662	(1.035.126)
Operações a Termo	3.309	(4.190)	220.403	(9.324)
	<u>278.760</u>	<u>(625.642)</u>	<u>807.065</u>	<u>(1.044.450)</u>

7 *Hedge accounting*

O Banco possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge* de valor justo.

Os objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

Nossas estratégias de *hedge* visam proteger o Banco contra :

Estratégia 1: Risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana; e

Estratégias 2 e 3: Risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco mensura a efetividade das estratégias de *hedge* prospectivamente (efetividade esperada), e retrospectivamente (efetividade observada desde o início da operação).

Teste prospectivo: Critical Terms (termos críticos) ou Regressão Linear

- Termos críticos: avaliação qualitativa utilizada se os termos do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* coincidirem exatamente. Se os valores nocionais, termos, datas, moedas do “Valor Justo” coincidirem, então a estratégia de *hedge* será perfeitamente efetiva;
- Regressão linear: técnica estatística que utiliza informações históricas para prever o valor de uma variável (objeto de *hedge*) e o impacto na outra variável (instrumento de *hedge*). Se a relação for alta e negativamente correlacionada, a estratégia de *hedge* pode ser considerada altamente efetiva.

- Teste retrospectivo: Dollar Offset (análise de rateio)

O teste retrospectivo é realizado a cada data de fechamento contábil. Para não haver a descaracterização do *hedge*, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* comparadas às variações no valor justo do objeto de *hedge* devem resultar em uma proporção entre 80% e 125%, acumulada desde o início do *hedge*.

Hedge de valor justo

Instrumento / Operação	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 3	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de "hedge" de valor justo	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge" de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Títulos públicos federais - operações compromissadas	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de "hedge"	-	(394.808)	(1.017.415)	1.181.529	(275.812)
Valor justo do objeto de "hedge"	-	394.821	1.022.342	(1.181.271)	275.805
Valor justo 1º dia diferido do objeto de "hedge"	-	-	-	(4.351)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	(6.827)	(18.677)	(22.165)	(419.974)	255.509
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	6.761	18.772	22.342	393.686	(255.738)
Taxa de efetividade	99,47%	99,98% - 99,99%	100%	97,74% - 100%	99,97% - 99,99%

8 Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais						
Letra Financeira do Tesouro	2.320.318	2.320.022	(296)	2.394.471	2.393.700	(771)
Letras do Tesouro Nacional						
Objeto de hedge (*)	391.984	394.821	2.837	274.188	275.805	1.617
Não objeto de hedge	-	-	-	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional	-	-	-	10.485	10.482	(3)
Títulos privados						
Debêntures	139.692	140.600	908	285.216	284.961	(255)
Nota promissória	-	-	-	-	-	-
	<u>2.851.994</u>	<u>2.855.443</u>	<u>3.449</u>	<u>2.964.360</u>	<u>2.964.948</u>	<u>588</u>

O ajuste a valor justo de títulos disponíveis para a venda é contabilizado em "Ajustes de avaliação patrimonial" líquidos de efeito fiscal (45%). O ajuste no exercício foi de R\$ (903) em 31 de dezembro de 2017 (R\$ (1.083) em 31 de dezembro de 2016).

(*) O ajuste a valor justo das Letras do Tesouro Nacional que são objeto de hedge está contabilizado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no resultado do exercício. Vide Nota 24 (b).

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública (vide Nota 11).

9 Operações de crédito

(i) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por tipo e vencimento:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital de giro	270.615	406.537
Conta garantida	500	3.129
Repasses de captação externa	1.636	1.851
Financiamentos BNDES/FINAME	33.709	34.734
Financiamento rural e agroindustriais	80.467	66.897
Financiamento à exportação	310.272	304.447
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	476.632	276.378
Aquisição sem coobrigação	27.508	-
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.201.339</u>	<u>1.093.973</u>
Por vencimento		
Vencido até 15 dias	1.864	-
A vencer 1 a 90 dias	398.479	574.593
A vencer 91 a 180 dias	438.060	138.925
A vencer 181 a 365 dias	263.343	173.909
A vencer acima de 365 dias	99.593	206.546
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.201.339</u>	<u>1.093.973</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>(2.154)</u>	<u>(1.313)</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.199.185</u>	<u>1.092.660</u>

- (ii) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por setor de atividade econômica dos tomadores de crédito:

Setor de atividade	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Comércio	298.456	339.652
Agropecuária	219.867	-
Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	192.524	180.113
Siderurgia e Metalurgia	118.053	35.488
Máquinas e Equipamentos	82.839	47.372
Papel e celulose	72.131	-
Eletroeletrônicos	62.848	54.145
Químico e Petroquímico	40.209	202.803
Automotivo	32.898	20.676
Transportes	31.133	11.736
Têxtil e Confecções	21.258	14.087
Telecomunicações	10.093	-
Alimentos e bebidas	7.880	4.660
Serviços Privados	5.961	9.900
Outros	5.189	173.341
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perdas por redução ao valor recuperável	1.201.339	1.093.973

10 Provisão para redução ao valor recuperável sobre Operações de Crédito

O Banco avalia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos (conforme descrito na Nota 2.8).

O Banco não possui evidências de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros individualmente significativos em 31 de dezembro 2017 e 2016.

Com relação aos clientes não individualmente significativos, o saldo da provisão é de R\$ 2.154 em 31 de dezembro 2017 (R\$1.313 em 31 de dezembro 2016).

As variações na provisão para redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Operações de crédito" são as seguintes:

	2017	2016
Provisão para redução ao valor recuperável		
Saldo inicial em 1º de janeiro	(1.313)	(24.612)
Constituição	(1.353)	(1.313)
Reversão	512	24.612
Saldo final em 31 de dezembro	(2.154)	(1.313)

Em agosto de 2017, recuperamos um crédito de R\$ 19.996 (2016 - R\$ 0) baixados anteriormente como prejuízo.

11 Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordados com outros bancos ou clientes ("Aplicações em operações compromissadas") e para os depósitos de margem de garantia das operações do Banco na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e SELIC correspondem a:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Margem para operações de BM&F		
Letras do Tesouro Nacional	87.738	183.870
Letras Financeiras do Tesouro	1.981.626	2.382.303
	<u>2.069.364</u>	<u>2.566.173</u>

12 Outros ativos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Depósitos judiciais	235.220	221.448
Carteira de câmbio	60.568	98.402
Impostos e contribuições a compensar	26.929	65.362
Despesas antecipadas	5.255	5.842
Rendas a receber	3.793	9.938
Negociação e intermediação de valores	1.258	12.203
Relações interfinanceiras	552	469
Outros ativos	430	1.382
	<u>334.005</u>	<u>415.046</u>



13 Ativo imobilizado

	Edificações	Terrenos	Máquinas e equipamentos de uso	Sistema de processamento de dados	Sistema de transporte	Sistema de segurança	Sistema de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2015								
Custo de aquisição	30.754	1.416	7.384	13.430	871	3.282	1.247	58.384
Depreciação acumulada	(15.700)	-	(2.594)	(6.047)	(750)	(1.029)	(1.006)	(27.126)
Valor contábil líquido	<u>15.054</u>	<u>1.416</u>	<u>4.790</u>	<u>7.383</u>	<u>121</u>	<u>2.253</u>	<u>241</u>	<u>31.258</u>
Adições	12	-	(107)	4.991	-	20	-	4.916
Baixas	(1.726)	-	9	(267)	-	(80)	-	(2.064)
Depreciação no exercício	(2.256)	-	(669)	(2.002)	(94)	(300)	(157)	(5.478)
Baixa da depreciação	1.267	-	37	54	-	23	-	1.381
Em 31 de dezembro de 2016	<u>12.351</u>	<u>1.416</u>	<u>4.060</u>	<u>10.159</u>	<u>27</u>	<u>1.916</u>	<u>84</u>	<u>30.013</u>
Custo de aquisição	29.040	1.416	7.286	18.154	871	3.222	1.247	61.236
Depreciação acumulada	(16.689)	-	(3.226)	(7.995)	(844)	(1.306)	(1.163)	(31.223)
Valor contábil líquido	<u>12.351</u>	<u>1.416</u>	<u>4.060</u>	<u>10.159</u>	<u>27</u>	<u>1.916</u>	<u>84</u>	<u>30.013</u>
Adições	4.607	-	78	179	337	43	42	5.286
Baixas	(219)	-	(163)	(2.250)	-	(1)	-	(2.633)
Depreciação no exercício	(2.223)	-	(664)	(2.096)	(38)	(297)	(73)	(5.391)
Baixa da depreciação	-	-	161	235	-	-	-	396
Em 31 de dezembro de 2017	<u>14.516</u>	<u>1.416</u>	<u>3.472</u>	<u>6.227</u>	<u>326</u>	<u>1.661</u>	<u>53</u>	<u>27.671</u>
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo de aquisição	33.428	1.416	7.201	16.083	1.208	3.264	1.289	63.889
Depreciação acumulada	(18.912)	-	(3.729)	(9.856)	(882)	(1.603)	(1.236)	(3.218)
Valor contábil líquido	<u>14.516</u>	<u>1.416</u>	<u>3.472</u>	<u>6.227</u>	<u>326</u>	<u>1.661</u>	<u>53</u>	<u>27.671</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo imobilizado em nenhum dos exercícios apresentados.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

14 Ativos intangíveis

	Gastos com aquisições e desenvolvimento de sistemas	Ativos intangíveis em desenvolvimento	Direitos de uso	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	36.194	19.696	18	55.908
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(24.601)	-	(18)	(24.619)
	<u>11.593</u>	<u>19.696</u>	<u>-</u>	<u>31.289</u>
Adições	17.701	11.554	-	29.255
Baixas	(4.768)	(22.501)	-	(27.269)
Amortização no exercício	(4.754)	-	-	(4.754)
Baixa da amortização	4.588	-	-	4.588
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.360</u>	<u>8.749</u>	<u>-</u>	<u>33.109</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	49.127	8.749	18	57.894
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(24.767)	-	(18)	(24.785)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.360</u>	<u>8.749</u>	<u>-</u>	<u>33.109</u>
Adições	7.321	13.871	-	21.192
Baixas	(490)	(10.422)	-	(10.912)
Amortização no exercício	(7.323)	-	-	(7.323)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>23.868</u>	<u>12.198</u>	<u>-</u>	<u>36.066</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo de aquisição	55.959	12.198	18	68.175
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(32.091)	-	(18)	(32.109)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>23.868</u>	<u>12.198</u>	<u>-</u>	<u>36.066</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo intangível em nenhum dos exercícios apresentados.

15 Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Estão classificados nesta categoria Instrumentos financeiros derivativos (vide Nota 6) e Obrigações por empréstimos que o Banco designou como objeto de hedge (vide Nota 7).

16 Passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Depósitos de clientes		
Depósitos à vista	49.086	90.008
Depósitos a prazo	2.971.335	2.396.871
Letras Financeiras	-	38.130
Depósitos de instituições financeiras		
Depósitos à vista	80	71
Depósitos Interfinanceiros	20.735	20.150
Captações no mercado aberto	154.049	-
Empréstimos no exterior	2.956.537	2.316.490
Repasses no País	137.135	176.708
Repasses no exterior	221.885	228.845
	<u>6.510.842</u>	<u>5.267.273</u>

Os depósitos a prazo referem-se a certificados de depósito bancário com vencimento até julho de 2021.

As obrigações por empréstimo e repasses no exterior referem-se a captações em moeda estrangeira com a Matriz para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até novembro de 2018, e para repasses a clientes locais na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até agosto de 2027 e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de *spread*.

17 Valor justo de ativos e passivos financeiros
(a) Instrumentos financeiros ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados em dados de mercado observáveis, baseando-se principalmente em dados divulgados pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, são utilizados inputs significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados valor justo através do resultado classificados pelos níveis hierárquicos:

Todos os ativos e passivos financeiros foram mensurados através do Nível 2.

	Nível 2	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	278.760	807.065
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	2.855.443	2.964.948
Total	3.134.203	3.772.013
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	625.642	1.044.450
Obrigações por empréstimos no exterior	-	1.185.622
Total	625.642	2.230.072

Durante os períodos apresentados não houve transferências entre níveis da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e recebíveis				
Aplicações em operações compromissadas	4.193.960	3.174.367	4.193.542	3.174.646
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.331	-	23.327	-
Aplicações em moedas estrangeiras	26.429	926.038	26.426	926.001
Operações de crédito	1.201.339	1.093.973	1.204.848	1.085.916
Total de ativos financeiros	5.445.059	5.194.378	5.448.143	5.186.563
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos à vista	49.166	90.079	49.166	90.079
Depósitos a prazo e letra financeira	2.971.335	2.435.002	2.949.032	2.424.275
Depósitos interfinanceiros	20.735	20.150	20.731	20.144
Captações no mercado aberto	154.049	-	151.791	-
Obrigações por empréstimos e repasses	3.315.557	2.722.043	3.299.796	2.697.159
Total de passivos financeiros	6.510.842	5.267.274	6.470.516	5.231.657

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

18 Provisão para passivos contingentes, fiscais e atuariais

As provisões para passivos contingentes (trabalhistas e cíveis), riscos fiscais e previdenciárias atuariais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Provisão para passivos contingentes, fiscais e atuariais", quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros ativos".

(a) Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes e atuariais
Provisão para Riscos Fiscais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para Riscos Fiscais	122.033	115.417
	<u>122.033</u>	<u>115.417</u>

Provisão para passivos contingentes e atuariais

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contingências trabalhistas	16.629	15.198
Contingências cíveis	22.696	20.127
Previdenciárias atuariais	7.869	3.590
	<u>47.194</u>	<u>38.915</u>
Total de Provisão para Riscos Fiscais, Passivos Contingentes e Atuariais	<u>169.227</u>	<u>154.332</u>

(b) Movimentação das provisões

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Provisão para Riscos fiscais</u>		
Saldo inicial	115.417	107.915
Adição	6.655	7.532
Utilização/Reversão	(39)	(30)
Saldo final	<u>122.033</u>	<u>115.417</u>

A provisão para riscos fiscais refere-se, principalmente, à (i) obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores e (ii) obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.

As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Contingências trabalhistas</u>		
Saldo inicial	15.198	7.968
Adição	5.223	8.964
Utilização/Reversão	(3.792)	(1.734)
Saldo final	<u>16.629</u>	<u>15.198</u>
<u>Contingências cíveis</u>		
Saldo inicial	20.127	18.440
Adição	2.569	1.795
Utilização/Reversão	-	(108)
Saldo final	<u>22.696</u>	<u>20.127</u>
<u>Previdenciárias atuariais</u>		
Saldo inicial	3.590	5.160
Adição	4.478	123
Utilização/Reversão	(199)	(1.693)
Saldo final	<u>7.869</u>	<u>3.590</u>

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 130.158 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 93.400 em 31 de dezembro de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que sua contabilização não é requerida, e são compostos basicamente pelos seguintes casos:

- Ações trabalhistas - R\$ 52.000 (2016 - R\$ 20.000): As contingências classificadas como possíveis são baseadas nas análises dos assessores jurídicos responsáveis pela condução dos casos.
- Devolução de valores de IR, CSLL, PIS e COFINS - R\$ 33.300 (2016 - 31.000): Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de assegurar o direito do Banco não ser compelido ao recolhimento do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS sobre os valores já recebidos e aqueles a serem recebidos a título de juros indenizatórios, por força dos indêbitos tributários reconhecidos nas ações ordinárias, especialmente para recuperar os indêbitos tributários àqueles títulos mediante compensação ou restituição administrativas a serem promovidas depois do encerramento do Mandado de Segurança ora impetrado.
- Compensação Art.74 Lei 9.430/96 E Lei 10.637/02 - COFINS (02/1998 a 12/2000) - R\$ 24.700 (2016 - R\$ 24.000): Trata-se de Mandado de Segurança para garantir o direito do Banco de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de COFINS no período de 02/99 a 12/2000, nos termos do artigo 74 da lei nº 9.430/96, com redação dada pela lei nº 10.637/2002, acrescidos da taxa de juros Selic, conforme determinado pela lei nº 9.250, de 27/12/1995.

- Pedido de Restituição do PIS - R\$ 11.700 (2016 - R\$ 10.900): Trata-se de Processo Administrativo instaurado para verificar o pedido de restituição de crédito de PIS recolhido indevidamente com base nos Decretos-Lei nº 2.445/88 e 2.449/88 (PIS-Decretos), que foi utilizado em Declarações de Compensação (DCOMP) com o intuito de compensar débitos da mesma contribuição. O crédito objeto do PER foi reconhecido em decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária. A despeito da correta apuração do saldo remanescente e da existência de crédito incontroverso acobertado pela coisa julgada, a Delegacia Especial de Instituições Financeiras da Receita Federal do Brasil (DEINF) reconheceu apenas parte do saldo remanescente do crédito de PIS-Decretos, por entender que os recolhimentos de PIS-Decretos efetuados entre janeiro e março de 1990 não estavam contemplados na mencionada Ação Ordinária.

19 Tributos a recolher e outros passivos

(a) Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imposto de renda e contribuição social	39.675	61.357
Impostos e contribuições sobre salários PIS e COFINS	3.507	3.126
	2.925	566
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	198	6.548
Outros	458	1.787
	<u>46.763</u>	<u>73.384</u>

(b) Outros passivos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Carteira de câmbio	55.789	170.596
Relações interdependências	38.254	20.157
Despesa de Pessoal	29.470	27.707
Negociação e intermediação de valores	24.134	120.210
Sociais e estatutárias	2.569	1.711
Comissões sobre avais e fianças	1.344	800
Despesa de Prestação de serviço de importação	397	22.916
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	178	570
Outros	5.657	3.891
	<u>157.792</u>	<u>368.558</u>

20 Compromissos de crédito (*off balance*)

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cartas de crédito	3.445	-
Avais e fianças	844.885	737.179
	<u>848.330</u>	<u>737.179</u>

21 Patrimônio líquido
Movimentação das quantidades de ações

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Total</u>
Quantidades em 31 de janeiro de 2015	4.331.569.051	24.665.842	4.356.234.893
Emissão de ações	-	-	-
Compra de ações em tesouraria	(48.550)	48.550	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-
Quantidades em 31 de dezembro de 2016	4.331.520.501	24.714.392	4.356.234.893
Emissão de ações	-	-	-
Compra de ações em tesouraria	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-
Quantidades em 31 de dezembro de 2017	<u>4.331.520.501</u>	<u>24.714.392</u>	<u>4.356.234.893</u>

(a) Capital social e Dividendos

O capital social é representado por 4.356.234.893 (2016 - 4.356.234.893) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 (2016 - 13.599.844) ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 (2016 - 24.714.392) ações em tesouraria e 4.317.920.657 (2016 - 4.317.920.657) ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 4.226 (2016 - R\$ 4.702).

(b) Reservas estatutárias
(i) Reserva de capital

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria, estabelecidas de acordo com a Lei das S.A.

(ii) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária (Lei das S.A.), podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta rubrica engloba o ajuste a valor justo líquido de impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda.

22 Receitas de juros e similares

Receitas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens que compõe as receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	-	3.460
Ativos financeiros disponíveis para venda	282.958	420.328
Empréstimos e recebíveis		
Aplicações em operações compromissadas	376.374	489.802
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.408	3.554
Aplicações em moedas estrangeiras	756	459
Operações de crédito	74.855	89.147
Outros	-	25
	<u>737.351</u>	<u>1.006.775</u>

23 Despesas de juros e similares

Despesas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens que compõe as despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	242.730	231.187
Captações no mercado aberto	5.657	7.782
Obrigações por empréstimos e repasses	52.702	(1.345)
Depósito Interfinanceiro	1.669	1.195
Fundo Garantidor de Crédito	4.166	2.946
Outros	852	-
	<u>307.776</u>	<u>241.765</u>

24 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ajuste a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	(40.582)	(991.670)
Títulos e valores mobiliários	-	(466)
Obrigações por empréstimos e repasses objetos de <i>hedge</i>	(5.593)	(25.896)
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	-	286
	<u>(46.175)</u>	<u>(1.017.746)</u>

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários objetos de <i>hedge</i>	(3.060)	156
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	2.022	(865)
	<u>(1.038)</u>	<u>(709)</u>

25 Ganhos (perdas) cambiais, líquidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações no Exterior	(10.547)	26.102
Câmbio	40.310	(89.566)
Empréstimos	18.977	(609)
Financiamento de Exportação	(15.874)	(42.500)
Obrigações e repasses	(117.868)	729.114
	<u>(85.002)</u>	<u>622.541</u>

26 Receita líquida de comissões e prestação de serviços

A rubrica "Receita líquida de comissões e prestação de serviços" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de preços de transferência	25.170	29.336
Garantias prestadas	6.769	5.821
Rendas de outros serviços	1.199	398
Tarifas bancárias	1.076	1.150
Taxa de administração	225	279
Cobrança	80	127
Outros	246	70
Total das receitas de comissões e prestação de serviços	<u>34.765</u>	<u>37.181</u>

27 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recuperação de provisão assessoria técnica	23.740	-
Atualização de depósitos judiciais	13.498	13.433
Recuperação de encargos e despesas	884	2.432
Resultado na alienação de valores e bens	329	(811)
Diversos	375	444
Despesas tributárias	(19.967)	(27.264)
Contingências	(11.840)	(17.946)
Reversão de receita de preço de transferência	(1.324)	-
	<u>5.695</u>	<u>(29.712)</u>

28 Despesas de pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários (*)	75.780	78.021
Encargos sociais	31.928	33.331
Honorários	13.228	12.805
Benefícios	10.721	10.205
Treinamentos	1.129	744
	<u>132.786</u>	<u>135.106</u>

(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário.

29 Depreciação e amortização

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação de ativo imobilizado	5.494	5.477
Amortização de ativos intangíveis	7.181	4.758
	<u>12.675</u>	<u>10.235</u>

30 Outras despesas administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processamento de dados	12.409	11.480
Serviços do sistema financeiro	10.917	10.578
Serviços técnicos especializados	10.303	14.428
Viagens	3.686	3.264
Outras despesas administrativas	2.751	2.919
Serviços de terceiros	2.748	2.193
Aluguéis de contratos de arrendamentos operacionais	2.545	2.853
Vigilância e segurança	2.345	2.141
Comunicações	2.330	2.367
Manutenção e conservação de bens	1.842	1.834
Água, energia e gás	779	792
Promoções e relações públicas	749	663
Contribuições filantrópicas	357	413
Material	190	192
Publicações	176	142
Propaganda e publicidade	169	156
Transportes	166	146
Seguros	61	65
	<u>54.523</u>	<u>56.626</u>

31 Imposto de renda e contribuição social

- (a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	136.995	177.901
(Inclusões) Exclusões	61.170	54.388
Provisão Contingências Fiscais e Cíveis	(10.656)	(13.051)
Provisão Operações de Crédito	19.157	-
Provisão para Bonus e PLR a pagar	(6.499)	(7.143)
Provisão para Pagto. Desp. Adm.	21.347	(7.098)
Atualização depósito judicial	13.498	13.433
Ajuste MtM Derivativos	38.832	68.986
Outras	(14.509)	(739)
Base de Cálculo para Imposto de Renda e Contribuição Social	75.825	123.513
IRPJ e CSLL Correntes do período	(33.695)	(55.419)
IRPJ e CSLL Diferido do período	(36.943)	(34.444)
	(70.638)	(89.863)

(b) Composição do imposto de renda e contribuição a compensar:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	15.988	37.656
CSLL	5.376	22.636
PIS	5.037	5.070
Outros	528	-
	<u>26.929</u>	<u>65.362</u>

(c) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Realização/ Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2017</u>
Impacto no Resultado				
Créditos de Liquidação Duvidosa	9.589	(8.621)	-	968
Provisão de PLR/bônus	6.966	-	412	7.378
Pagamentos a Efetuar	10.644	(9.985)	-	659
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais / Cíveis	21.728	-	4.151	25.879
- Ações Trabalhistas	6.839	-	644	7.483
Atualização Depósito Judicial	(40.392)	-	(6.072)	(46.464)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(11.565)	-	(17.656)	(29.221)
MTM Hedge Accounting	(561)	-	183	(378)
Impacto no Patrimônio Líquido				
Previda	2.091	-	2.015	4.106
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	464	(738)	-	(274)
Total	5.803	(19.344)	(16.323)	(29.864)

	<u>31/12/2015</u>	<u>Realização/ Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2016</u>
Impacto no Resultado				
Créditos de Liquidação Duvidosa	11.075	(1.486)	-	9.589
Provisão de PLR/bônus	6.116	-	850	6.966
Pagamentos a Efetuar	7.931	-	2.713	10.644
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais / Civeis	17.536	-	4.192	21.728
- Ações Trabalhistas	3.585	-	3.254	6.839
Atualização Deposito Judicial	(34.474)	-	(5.918)	(40.392)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	9.797	-	(21.362)	(11.565)
MTM Hedge Accounting	9.123	(9.684)	-	(561)
Impacto no Patrimônio Líquido				
Previda	2.322	(231)	-	2.091
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	(422)	886	-	464
Total	<u>32.589</u>	<u>(10.515)</u>	<u>(16.271)</u>	<u>5.803</u>

(d) Projeção de realização dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Valor Contábil	
	Imposto de Renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
2017	-	29.294
2018	13.258	2.724
2019	5.493	2.723
2020	5.852	3.339
2021	3.161	3.281
2022	3.069	3.281
A partir de 2023	15.263	13.119
	<u>46.096</u>	<u>57.761</u>

32 Partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo a Matriz e dependências, controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As empresas relacionadas com as quais o Banco possui transações estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	19.223	(45.355)	10.245	9.492
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	11.651	-	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	3.909	-	701	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	3.403	-	9.277	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Hong Kong	177	-	211	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	46	-	56	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Singapore	17	-	-	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited	20	-	-	-
- variação cambial	-	(45.355)	-	9.492
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	26.429	(9.791)	926.038	7.891
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	26.429	(9.791)	926.015	7.891
- juros	-	756	23	459
- variação cambial	-	(10.547)	-	7.432
Operações de Swap	2.160	155	1.952	(5.651)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.160	155	1.952	(5.651)
- rendas de operações com derivativos	-	6.100	-	12.071
- despesas de operações com derivativos	-	(5.945)	-	(17.722)
Depósito à vista	(4.858)	-	(4.473)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.858)	-	(4.473)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.176.793)	(166.609)	(3.740.987)	698.827
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(2.808.200)	(163.422)	(3.740.987)	698.827
- juros	-	(47.999)	-	(35.171)
- variação cambial	-	(115.423)	-	733.998
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(368.593)	(3.187)	-	-
- juros	-	(429)	-	-
- variação cambial	-	(2.758)	-	-
Dividendos a pagar	(2.538)	-	(1.687)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(2.538)	-	(1.687)	-
Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)	3.008	47.546	(13.366)	19.560
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	3.012	47.057	(13.362)	19.381
- Recebimentos	3.277	23.317	9.551	29.109
- Provisão e reversão de provisão de pagamentos	(265)	23.740	(22.913)	(9.728)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4)	(39)	(4)	(48)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Leasing and Finance	-	528	-	227

(a) Remuneração de pessoas-chave da administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os diretores.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração fixa	7.647	7.548
Remuneração variável	5.581	5.257
	<u>13.228</u>	<u>12.805</u>

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

(b) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- . diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- . pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- . pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau;
- . acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos e Fiscais.

33 Obrigações de benefícios de aposentadoria**Benefícios de planos de pensão**

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, plano de benefícios Previdencia de benefício definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

O Banco é patrocinador do Fitprev, um plano de previdência complementar, de contribuição definida, para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdencia.

A tabela abaixo demonstra onde estão registrados os montantes referentes aos benefícios de planos de pensão:

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor presente das obrigações financiadas	77.461	69.858
Valor justo dos ativos do plano	69.592	66.268
Passivo no balanço patrimonial	<u>7.869</u>	<u>3.590</u>

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

(i) Premissas atuarias

	31 de dezembro de 2017	Percentual 31 de dezembro de 2016
Taxa de desconto	10,00% a.a.	11.39% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	5,0% a.a.
Reajuste de benefícios do Plano	Próximos 5 anos : 5,55% a.a	5,0% a.a.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território.

A expectativa média de vida utilizada para determinação das obrigações atuariais é demonstrada na tabela a seguir:

	2017	2016
- Masculino	19,95	19,95
- Feminino	22,52	22,52

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 4,5%	Aumento de 4,5%
Taxa de aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 0,0%	Redução de 0,0%
Reajuste de benefícios do Plano	0,50%	Aumento de 4,8%	Redução de 4,8%
		Aumento em 1 ano na premissa	Redução em 1 ano na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 2,7%	Redução de 2,7%

34 Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado.

(a) Taxa de conversão

Para fins de BR GAAP, as operações ativas e passivas em moeda norte-americana são convertidas na data de fechamento pela taxa "Ptax" definida pelo Banco Central. A Ptax é uma taxa média de cotação, apurada com base nas operações realizadas no mercado.

Para fins de IFRS, no final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos utilizando-se a taxa de fechamento.

(b) Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito

Em BR GAAP, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, o qual considera determinados parâmetros regulamentares.

Para fins de IFRS, a provisão para redução ao valor recuperável foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação, conforme descrito nas Notas 2.8 e 3 subitem (a).

(c) Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros

Em BR GAAP, as garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período de vigência da garantia prestada. Adicionalmente, para fins de BR GAAP o Banco reconhece, quando aplicável, provisão com base em modelos internos de avaliação, para todas as garantias financeiras prestadas, de acordo com a probabilidade do fluxo de saída de recursos.

Para fins de IFRS, conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, o Banco mensurou estas operações pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como "rendas a apropriar" e, quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18 ou (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia apenas para os casos em que o Banco entende ser provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

As demais mudanças no imposto de renda e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados de BR GAAP para o IFRS descritos anteriormente.

* * *

Contador: Iracema Chou Ma
CRC: 1SP319654/O-0